

**HABEAS CORPUS Nº 493.382 - RS (2019/0042489-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : SALATIEL DA CONCEICAO (PRESO)

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de SALATIEL DA CONCEICAO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução n. 0352714-24.2018.8.21.7000, assim ementado:

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL REQUISITO SUBJETIVO-MÉRITO DO CONDENADO NÃO EVIDENCIADO. REFORMA DA DECISÃO CONCESSIVA DO BENEFÍCIO.**

*No livramento condicional, o exame do pressuposto subjetivo deve ser ainda mais rigoroso e embasado. Em sendo esta a última etapa do sistema penitenciário progressivo, representando um benefício com extraordinária finalidade no plano de política criminal, o apenado invariavelmente deve demonstrar inequívoca resposta positiva à terapêutica penal, o que deve ser objeto do cauteloso exame pela autoridade judicial. Com relação ao requisito subjetivo, conquanto o atestado de conduta carcerária tenha sido favorável ao sentenciado, o seu histórico carcerário contraindica a medida. Reeducando condenado por crime hediondo (latrocínio) que, durante a expiação da reprimenda, empreendeu fuga do sistema prisional em quatro oportunidades, e encontrava-se recluso no sistema fechado ao tempo da concessão da benesse combatida. Dessas circunstâncias, depreende-se a temeridade da contemplação da benesse por indivíduo que descumpre as normas legais e de disciplina a que está submetido, frustrando os fins precípuos da execução de sua pena. Ainda que não seja vedada a concessão do livramento condicional ao reeducando que se encontra no regime mais gravoso, necessária a sua reinserção gradual ao convívio em sociedade. Deste modo, será possível o exame de efetiva capacidade de adaptação à fase mais branda do cumprimento da pena, segundo as suas condições pessoais. Circunstâncias concretas que desaconselham a contemplação da benesse.*

*Agravo provido.*" (fl. 56)

Na presente impetração, sustenta que o paciente preencheu os requisitos para a concessão do livramento condicional.

Requer, assim, em liminar e no mérito a concessão do livramento condicional.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator